

Fatores da crise, corrupção e saídas para a mesma: refletindo e conversando

Esther Solano Gallego¹

Resumo: O artigo apresenta reflexões sobre as múltiplas dimensões da atual crise política brasileira desde o ponto de vista internacional e doméstico, enfatizando os fatores econômicos, as crises de representatividade e problemas do projeto petista no governo Dilma, e reforçando a falta de legitimidade do processo de *impeachment* colocado em prática. Paralelamente serão comentados também os resultados de pesquisas feitas com manifestantes anti e pró-*impeachment* para mostrar que o conceito de corrupção é essencial na percepção política de ambos grupos, e as possíveis saídas que estes colocam para a crise desde as mais autoritárias e personalistas até as mais participativas e democráticas.

Palavras-chave: Política; Governo Dilma; Corrupção; Crise; Representatividade.

Abstract : The paper presents some thoughts on the multiple dimensions of the current Brazilian political crisis from the international and domestic point of view, emphasizing the economic, representativeness crisis and problems within PT project and Dilma government, and reinforcing the lack of legitimacy of the impeachment process put in practice. At the same time also will comment the results of surveys with anti and pro-impeachment protesters to show that the concept of corruption is essential in politics perception of both groups and possible ways out they think for the crisis from the most authoritarian and personalist ways to the most participatory and democratic.

Keywords: Policy; Dilma's Government ; Corruption; Crisis; Representativity.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Complutense de Madri e professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. Prof.esther.solano@gmail.com

Introdução

O Brasil está num momento dramático. Não só por estar sofrendo um processo político de *impeachment* fortemente ilegítimo, se não também porque suas instituições estão passando por um momento de intenso enfraquecimento e esgotamento, o que é muito perigoso para a estabilidade democrática. Paralelamente, um dos efeitos mais sinistros desta crise são dinâmicas sociais e políticas autoritárias cujo objetivo de silenciar ao outro e aniquilá-lo pelo fato de que aquele com opiniões diferentes não é um adversário político, é um inimigo, e com o inimigo não se dialoga, não se debate, tenta-se sempre destruí-lo. Esta dinâmica bélica está tomando conta das redes, das ruas e das instituições. Rótulos, simplificações, desqualificações, empobrecimento e infantilização de um debate que deveria ser feito em termos reflexivos, profundos e cautelosos.

A academia é o espaço da reflexão e da crítica. Nos dias de hoje temos um papel fundamental que é refletir com honestidade e maturidade sobre os últimos acontecimentos políticos e sociais para sair deste círculo vicioso de tendências autoritárias que tem como consequência o desgaste e a corrosão de uma democracia ainda por construir.

A crise representativa pela qual Brasil está passando não é uma característica local ou regional. Nas mais diversas partes do planeta vemos o aumento do descontentamento e a desconfiança com o atual sistema de representatividade. Diante desta situação de apatia política para uns, e de raiva política para outros, para muitos cidadãos as alternativas progressistas estão numa situação complicada. Vivemos um momento de um grau extremo de centralização capitalista. A democracia é refém absoluta do desempenho democrático. Quanto maior a instabilidade econômica maiores os desafios que enfrenta a democracia. Parece que as propostas mais heterodoxas, mais anti-hegemônicas não encontram espaço nenhum na macropolítica. Vejamos como exemplo Syriza, na Grécia, que depois de tentativas de propor vias diferentes para a recuperação econômica da Grécia que não passassem por um regime de austeridade e ajuste fiscal com consequências muito graves em perdas de direitos e retrocessos que acabam vitimando mais ainda os mais vulneráveis, teve que claudicar diante das imposições europeias. O exemplo do *Podemos*, na Espanha, que também está sendo uma grande decepção para muitos cidadãos desde o momento em que se aproximou do poder e se institucionalizou, deixando de ser uma estrutura centralizada, hierárquica e que pouco tinha ver com os discursos horizontais e anti-velha política que o fizeram explodir.

Por outro lado, temos muitos desafios, criados pela lógica perversa de acumulação incontrolada do capital, mas que não poderão ser resolvidos dentre estes. Por exemplo, as migrações, o drama do meio ambiente, populações em situação cada vez mais vulnerável. Precisamos uma visão de esquerda (se é que ainda podemos utilizar este termo), ou pelo menos uma visão progressista, que atue dentro do paradigma dos direitos, articulada nacional e internacionalmente. Porém, o cenário e a conjuntura atuais não deixam abertura para estas propostas, que nascem já como pouco futuro. O capitalismo tem a capacidade de asfixiar, de sufocar alternativas que desafiam o *status quo*.

Nesta época pós-política, pós-democrática, tantos adjetivos para algo ainda pouco definido, é cada vez mais evidente que para muitos cidadãos a democracia transformou-se numa máquina burocrática, num instrumento de poder, excludente, rígido, que não é capaz de acompanhar as vontades da população. Um abismo cada vez maior entre representantes e representados e uma desconexão emocional e ideológica entre eles. No coração desta crise de representatividade está a crise partidária, o partido como modelo tradicional em decadência, uma velha estrutura autocentrada, hierárquica, personalista, que não dá conta das mudanças sociais. O partido tradicional cada vez menos ideológico e cada vez mais fisiológico, incapaz da autocrítica ou da reformulação, e que precisa de uma militância-soldado mais do que uma militância exigente. Ainda mais num país como Brasil com esta brutal pulverização partidária, fica mais em evidência que as siglas são instrumentos de projetos de poder personalistas. Nesse sentido é interessante começar a problematizar a necessidade do partido tradicional. Não estamos falando de uma democracia sem partidos, mas sim de debater novas formas de representação pós-partido, ao estilo das plataformas cidadãs que ganharam as eleições de Madri e Barcelona, por exemplo. Não devemos ter medo de discutir alternativas, porém não acreditamos que a saída sejam as candidaturas avulsas, pois passam pela lógica do individualismo. Acreditamos firmemente que a lógica é a contrária, ou seja, construir soluções coletivas de participação popular, que sejam inovadoras, inclusivas, que realmente representem toda essa juventude que quer se engajar, mas está carente por novas formas políticas.

O Partido dos Trabalhadores nasceu fora desta lógica tradicional partidária como uma estrutura que inicialmente representava os interesses da população e não das oligarquias políticas históricas brasileiras, mas foi engolido pela governabilidade, foi engolido pelo PMDB, foi engolido pela lógica de se manter no poder, pela corrupção, pela institucionalização, pelo sistema, por Brasília e substituiu seus princípios ao necessitar se aliar com certas forças obscuras e conservadoras. Se já no governo Lula optou-se pela

conciliação e se deixaram de lado muitas pautas que mexiam com poderes tradicionais oligárquicos como a reforma agrária, tributária ou a reforma dos meios de comunicação, o governo Dilma agora é absolutamente incapaz de levar adiante estas mudanças. O PT, portanto, não representa mais o progressismo no âmbito dos valores, o PT não representa mais a esquerda, a luta pela inclusão e a igualdade política e jurídica e é incapaz de pautar questões de agenda de direitos indígenas, LGBT, direitos das mulheres, descriminalização das drogas e genocídio negro nas periferias. É incapaz de frear as imposições da bancada evangélica ou da bancada da bala. Vendeu-se à governabilidade. Infelizmente Dilma se afastou totalmente dos movimentos de base e das reivindicações populares por mais direitos individuais e coletivos.

O excessivo personalismo de Lula que sufocou a presença de novos quadros dentro do partido e a falta de autocrítica com os escândalos de corrupção foram motivos que se somam à inabilidade do partido. Por muito que a mídia brasileira seja parcial, a corrupção petista existe, sim, e o partido deve cortar na própria carne e fazer intensa autocrítica. Neste sentido o regresso de Lula em 2018 seria dramático, pois supõe que em tantos anos o partido tem sido incapaz de se regenerar, de construir algo novo.

Esse envelhecimento partidário na verdade não é só característico do PT. O PSDB continua com suas históricas lutas fratricidas entre Serra, Alckmin e Aécio, sem deixar caminho a novos nomes. O que dizer do fisiologista PMDB, com Temer, Cunha, Jucá e Renan. Não estamos em um bom patamar de originalidade política quando Marina Silva é a representante do “novo”, ela, que pode ter outras qualidades como candidata, mas certamente não representa nada de novo. Os próprios partidos esmagaram suas possibilidades de futuro porque são intensamente opacos à mudar seu sistema feudal, vertical e seus velhos caciques. O partido encontra uma resistência muito grande a absorver as mudanças e as dinâmicas sociais e neste sentido se descola da população sendo cada vez menos um real instrumento de representação.

Se o PT teve estes problemas típicos dos partidos que já têm uma trajetória no poder, o governo Dilma teve outros gravíssimos problemas que todos conhecemos. Além desse afastamento com a base social e com os princípios que definiram a ideologia petista no começo de sua trajetória, a falta de diálogo foi dramática. Entre a demagogia e o tecnocracismo antidialogante existe um meio termo. Dilma é o protótipo de governante que se isola na sua tecnocracia e que menospreza o diálogo político e social, características altamente destrutivas, ainda mais num momento de crise onde a capacidade de articulação e diálogo com os representantes políticos e também com a população são fundamentais.

Um país como Brasil, com suas complexidades, com sua altíssima pulverização partidária não pode ser governado desde um gabinete e sim, em base ao diálogo. A tecnocracia pode ser um erro fatal. Não escutar o próprio partido, a base aliada, não saber negociar com a oposição, se afastar das ruas, são comportamentos pelos que Dilma, e o Brasil, estão pagando um preço muito caro.

Finalmente, não podemos deixar de citar o ilegítimo e trágico processo de *impeachment* pelo qual o país está passando. Talvez o fator mais revoltante do processo seja que utilizou-se de um conceito grandioso mas vazio como era o da luta contra a corrupção. Um grupo de caciques viu a janela de oportunidade perfeita de tirar Dilma do poder, fazer um acórdão e se salvar da Lava Jato. Estas não são palavras inferidas na nossa pesquisa, são as palavras do senador Romero Jucá nas conversas gravadas da delação de Sérgio Machado. Agora é evidente, nítido, que a causa do *impeachment* não foi “limpar o Brasil de corruptos”, e sim uma tentativa desesperada de fugir da sangria da Lava-Jato, ou seja, perpetuar uma dinâmica política essencialmente corrupta. Para isto, não hesitaram em tirar do poder uma presidente que, mesmo com seus inúmeros erros e incapacidade, tinha sido legitimamente eleita.

Até o dia em que este texto é redigido, três ministros de Michel Temer caíram por envolvimento direto na operação Lava Jato. Romero Jucá, Ministro do Planejamento; Fabiano Silveira, da Transparência, Fiscalização e Controle e Henrique Alves, do Turismo; todos pegos na delação de Machado. Um ministério corrupto que conseguiu o poder em nome da luta contra a corrupção.

Um processo sujo, apoiado por grande parte da população que canalizou sua revolta contra a política numa intensa raiva antipetista. Raiva que parece ter vários fatores explicativos. O primeiro, sem dúvida, é o desempenho econômico ruim do país. Convencidos de que a felicidade encontra-se no consumo, de que a cidadania encontra-se no consumo, nos desesperamos quando vemos nossa capacidade de consumo cair e não ir em ascensão como tínhamos esperado. Se não formos capazes de consumir cada vez mais nosso ideal de felicidade se afasta. Quem é o culpado por este drama econômico? Diante da dificuldade que a população tem de uma análise mais conjuntural, mais complexa, o culpado sempre é o partido no governo, que, sem dúvida, teve um papel fundamental com uma política econômica equivocada e caótica. Por outro lado, durante nossas entrevistas com os grupos pró-*impeachment*, captamos continuamente um certo sentimento de mágoa de classe que nos parece definitivo para entender este antipetismo. A ideia de que a classe média, a que sustenta o país com seus impostos, tem sido vítima de tantos anos

de governo petista em prol de uma política paternalista e eleitoralista voltada aos mais pobres, aos destinatários das cotas, do bolsa família, dos cuidados do governo. A distância entre a classe média e os setores mais desfavorecidos diminuiu, começaram a frequentar alguns espaços iguais nas nossas cidades que são altamente segregadas e fiéis seguidoras da lógica do condomínio.

Descrevemos aqui alguns resultados de uma pesquisa que realizamos junto com aos professores Pablo Ortellado e Márcio Moretto nas manifestações pró e anti-*impeachment* de 2015 e 2016². Nelas se evidencia que a frustração e os discursos antipetistas tem muito a ver com um corte de classe muito claro que rejeita as políticas de inclusivas e de distribuição de renda que definiram totalmente os governos petistas.

Durante as manifestações pró-*impeachment* de 12 de abril de 2015 e 16 de agosto de 2015 perguntamos questões relativas a estas políticas. Dos entrevistados, 70,90% afirmavam que cotas nas universidades geram mais racismo; 60,40% pensavam que bolsa família só financia preguiçoso; 74,80% eram contrários ao programa Mais Médicos; 70,40% afirmavam total ou parcialmente que **é justo que quem estudou e se esforçou mais na vida tenha alguns privilégios e 79,50%**, que negros não devem usar a cor da pele para conseguir privilégios como cotas raciais. Fica bastante claro, então, que além da indignação contra a corrupção dos governos petistas e contra uma situação econômica dramática, ambos fatores perfeitamente compreensíveis, existe uma indignação de classe, de quem se sente desfavorecido, excluído. O argumento, muito escutado nas manifestações pró-*impeachment*, de que a classe média é a que paga maior carga tributária (“a que paga o pato”) e não recebe direitos sociais em troca, ao contrário dos mais pobres que são beneficiários das políticas assistencialistas e redistributivas do governo, oferece uma visão de Estado essencialmente clientelista e explicita um enorme sentimento de mal estar. Curiosamente são poucos os que reclamam de que a carga tributária para as grandes fortunas é proporcionalmente menor propondo que então essas grandes fortunas e patrimônios deveriam ser muito taxados. O protótipo do cidadão-consumidor, a ilusão de que a felicidade é alcançada pelo poder de compra e pela acumulação de bens materiais, faz com que a insatisfação por não conseguir aumentar esse poder de compra e inclusive vê-lo decrescer durante esta crise, esteja também na raiz desta raiva contra a população mais economicamente desfavorecida.

² Para acessar todos os dados, <https://gpopai.usp.br/pesquisa/>

A corrupção e a crise

A corrupção se transformou num *slogan* como enorme capacidade de mobilização social, devido ao populismo mediático da operação Lava Jato e do próprio Sérgio Moro. O certo é que a corrupção é um filtro pelo qual a política é percebida pela maioria da população.

O cidadão pensa que a política é corrupta em si, que não é tanto uma questão de nomes e sobrenomes, e sim de como sistema está estabelecido. Fica claro esta percepção generalizada de corrupção nas manifestações em torno da questão do *impeachment*. Quando perguntados sobre os principais escândalos de corrupção, os manifestantes pró-*impeachment* afirmam que de fato, casos envolvendo o PSDB, como CPTM em São Paulo, ou Mensalão Tucano em Minas Gerais, são muito graves. Ou seja, embora sua bandeira propagandística fosse contra a corrupção petista e essencialmente contra as figuras de Lula e Dilma, esses manifestantes pensam que o partido no qual eles majoritariamente votam também esteve envolvido em graves escândalos de corrupção. A operação Zelotes ainda é pouco conhecida, mas a maioria dos que a conhecem a consideram muito grave.

Tabela 1: Gravidade de escândalos de corrupção (%) Pró-impeachment

	Lava Jato	Mensalão PT	Metrô/ CPTM	Mensalão tucano	Zelotes
Grave	99,00	99,30	87,40	80,20	58,80
Não grave	00,50	00,20	04,90	06,70	03,00
Não sei	00,20	00,20	07,40	12,60	38,00
Não respondeu	00,20	00,20	00,20	00,50	00,20

As figuras políticas tampouco são poupadas. Além da percepção da corrupção no PT, as principais figuras do PMDB atingem patamares muito altos. Os líderes peemedebistas aparecem neste quesito altamente desacreditados. Diante dos tucanos, a percepção melhora, mas, de novo, levando em consideração que os manifestantes eram na sua grande maioria votantes dos mesmos, isso tampouco é uma situação ótima. Cabe lembrar que estes questionários foram aplicados em 2015 antes que o nome de Aécio Neves saísse recorrentemente citado em vários escândalos que seriam públicos posteriormente. Com grande probabilidade se fizessemos hoje a pergunta sobre o mineiro, o número de manifestantes que pensam que ele é corrupto teria aumentado.

Tabela 2: Percepção do envolvimento de políticos com corrupção (%). Pró-impeachment

	Michel Temer	Dilma Rousseff	Fernando Haddad	Eduardo Cunha	Geraldo Alckmin	Aécio Neves
Sim	93,80	89,60	77,00	70,90	41,70	37,80
Não	00,70	04,70	09,60	08,10	36,30	35,80
Não sei	05,20	05,40	13,10	20,70	21,70	26,20
Não respondeu	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20

Paralelamente repetimos esta pergunta na manifestação contra o *impeachment* acontecida em 31 de março de 2016, também em São Paulo. Nossa ideia era comprovar a hipótese de que petistas e apoiadores de manter a presidente Dilma no poder também tinham a percepção de que escândalos de corrupção envolvendo o PT eram graves. Lava Jato e Mensalão petista tiveram uma percepção de gravidade muito alta, desmontando a credibilidade entre estes entrevistados da tese de que são só escândalos criados pela imprensa e pelos donos do *mainstream* para atingir o PT.

Tabela 3: Gravidade de escândalos de corrupção (%) Anti-impeachment

	Lava Jato	Mensalão PT	Metrô/CPTM	Mensalão tucano	Zelotes
Grave	89,90	75,00	96,10	92,90	74,00
Não grave	6,10	16,10	00,60	02,60	03,70
Não sei	3,50	08,50	03,00	03,90	22,00
Não respondeu	00,60	00,40	00,40	00,60	00,20

Neste sentido, não podemos deixar de falar do poder Judiciário. Na última manifestação pelo *impeachment* do dia 13 de março de 2016, das entrevistas realizadas com os manifestantes concluíram-se as seguintes observações: o hiper-personalismo da figura do juiz Sérgio Moro e as narrativas messiânicas sobre ele estavam ganhando cada vez mais terreno; os discursos de legitimidade das atuações mais polêmicas do juiz, como sua relação com a imprensa, assim como a justificativa da restrição de direitos em nome da luta anticorrupção eram comuns entre os manifestantes. Num momento de crise política profunda, o populismo jurídico enfraquece o próprio poder judiciário estabelecendo dinâmicas excepcionais como normais opostas ao que seria a rotina democrática. A relação extremamente promíscua entre judiciário e imprensa assim como a politização

da atividade judicial fazem com que a justiça seja enxergada pela população não como um poder imparcial, e sim como um instrumento político. As devidas garantias no direito de defesa são relativizadas nos discursos sociais em nome da luta anticorrupção, um conceito vazio que empobrece o debate político e serve como justificativa para legitimar abusos dos mais diversos tipos.

Durante a manifestação fizemos algumas entrevistas na Avenida Paulista com os manifestantes sobre as decisões mais polêmicas do juiz Sérgio Moro, como a utilização da delação premiada ou a condução coercitiva. Nossa pergunta era se este tipo de estratégia criticada por muitos juristas por não respeitar as devidas garantias penais eram justificadas pelos manifestantes. Todos os entrevistados responderam que sim, justificavam e legitimavam este tipo de ações. O argumento também era convergente, de novo em relação ao discurso do inimigo. O essencial não é a garantia de direitos, e sim “limpar” o país da corrupção, portanto, se em nome da luta anticorrupção algumas medidas polêmicas são levadas a cabo a alguns direitos ignorados, não importa, o bem é maior. Um assunto que impressionou nas falas foi a ausência do termo justiça em contraposição com os verbos *limpar* e *salvar*. Um conteúdo salvacionista que muito mais tem a ver com revanche do que com justiça. Os manifestantes perguntados também defendiam a utilização da imprensa como parte estratégica na Operação Lava Jato, de novo porque na cruzada anticorrupção a intimidade é um direito que passa a um segundo lugar e a população “deve saber tudo”. A publicidade, a exposição dos nomes envolvidos na operação faz parte da mesma, transformando-se num espetáculo coletivo que mais lembra um julgamento em praça pública do que o que deveria caracterizar toda operação: cautela, moderação e baixo perfil público para não correr o risco de linchamentos institucionais.

Entrevista: homem, 45 anos, médico

-Qual é a opinião do senhor sobre o juiz Sérgio Moro?

-Muito boa. Ele é o único que está fazendo alguma coisa por Brasil. Ele está limpando esta zona de políticos corruptos. Todo meu apoio a ele. Tomara que ele consiga colocar o PT na cadeia.

-E sobre algumas questões que têm sido polêmicas como as delações premiadas ou a condução coercitiva? O senhor acha que respeitam os direitos?

-Direitos? Lula é o maior bandido da história!! Essa condução não foi nada. Preso, ai sim, Cadeia nele a pronto. Papo de direitos. O cara roubou que pague, não me interessa como

-E sobre a imprensa? Acha que tantas coisas devem ser públicas?

-Claro, o povo tem direito de saber de tudo. Tudo transparente. O cara roubou eu vou querer saber. A gente tem direito de saber

-Votaria no juiz Moro se ele se apresentasse em 2018?

-Sim, porque me parece o único honesto nessa merda toda. O único que pode salvar o país.

Saídas para a crise

Diante de uma situação de instabilidade política existem tendências de saídas autoritárias, antidemocráticas ou saídas que apostam por uma participação política mais ativa e por um maior envolvimento cidadão nos processos. Testamos estas alternativas com os manifestantes pró e anti *impeachment* e os resultados demonstraram perfis muito diferentes. A maioria dos manifestantes pró-*impeachment* ainda acredita que a melhor alternativa é que um político honesto assumira o poder. Quanto questionados sobre que figura pública consideravam honesta a maioria não respondeu, mas entre os que o fizeram, a resposta foi: Jair Bolsonaro, Sérgio Moro e Joaquim Barbosa.

Tabela 4: Figuras públicas não corruptas (%) Pró-impeachment

Jair Bolsonaro	Sérgio Moro	Joaquim Barbosa	FHC	Geraldo Alckmin
09,63%	09,14%	08,64%	07,65%	07,65%

Pela dificuldade de encontrar esta figura, se assume que um juiz honesto seria uma boa alternativa, alguém de fora do jogo político também, assim como reforçar a participação cidadã. Desde junho de 2013 se percebe uma tendência da população a se envolver em debates políticos e expressar sua opinião. Assim mesmo, o hiperpersonalismo se retoma ciclicamente na figura messiânica dos “heróis” que podem salvar o país, como o caso do juiz Barbosa durante o Mensalão ou o juiz Moro, atualmente e como o caso de Lula para o petismo. É o personalismo excessivo que centraliza tudo na figura do líder e esvazia as instituições. Situação esta muito perigosa porque canaliza e concentra os anseios sociais numa figura carismática quando o verdadeiro fortalecimento da democracia não passa por colocar certos nomes e sobrenomes na categoria de heróis da pátria e sim, por nos empenhar em ter instituições construídas num consenso de direitos, que funcionem de forma cada vez mais independente destas tendências personalistas.

Tabela 5: Alternativas para a crise política (%) Pró-impeachment

	Entregar o poder para um político honesto	Entregar o poder para um juiz honesto	Tomar decisões políticas por consulta popular e plebiscitos	Fortalecer organizações como ONGs movimentos sociais	Entregar o poder para alguém fora do jogo político	Entregar o poder para os militares
Concordo totalmente	64,20	43,70	40,50	27,90	27,70	13,10
Concordo em parte	23,50	20,00	36,30	31,40	28,90	15,10
Não concordo	10,60	32,80	21,00	39,80	38,50	71,10
Não sei	01,70	03,00	02,00	00,50	04,70	00,20
Não respondeu	00,00	00,50	00,20	00,50	00,20	00,50

Personagens como Jair Bolsonaro, portanto, estão capitalizando esta insatisfação com o sistema político-partidário no seu conjunto por serem percebidos como honestos. O *Trump* brasileiro sabe muito bem manipular o discurso da insatisfação, o discurso punitivo, radicalizado, do medo e, claro, a dicotomia do inimigo e do salvador. Nas manifestações pró-*impeachment* algumas pessoas entrevistadas afirmavam que votariam no possível candidato Bolsonaro porque ele é “um cara honesto”. Imaginem o perigo que supõe este argumento.

Um dado interessante é comparar este resultado com o da manifestação contra o *impeachment* realizada em 31 de março de 2016. Lá, fizemos a mesma pergunta sobre saídas autoritárias ou democráticas diante da atual situação de crise política. Podemos afirmar que os anti-*impeachment* têm uma tendência de participação democrática mais sólida que os pró-*impeachment*, já que acreditam que a saída para a crise política não é colocar no poder alguém de fora do jogo político, um juiz ou a volta dos militares, e sim fortalecer a participação popular e o papel das ONGs e movimentos sociais.

A caracterização socioeconômica dos anti-*impeachment* é muito parecida à de seus adversários políticos, com menos presença de jovens e periferia do que o esperado. Na manifestação de 31 de março de 2016, 77.5% dos entrevistados tinham formação universitária (77.0% nos pró-*impeachment*) e 44.4% com idade superior a 40 anos (53.9% nos pró-*impeachment*). Portanto, ambos grupos com um nível de educação formal muito superior à média nacional e com baixa presença de jovens. Sobre a renda familiar, dia 16

de agosto a maior concentração era de R\$ 7880 a R\$ 15760, com 28.9% dos entrevistados, e dia 31 de março a maior concentração, era de R\$ 4400 a R\$ 8800, com 31.9%. As manifestações na Avenida Paulista ainda são economicamente mais excludentes do que os protestos contra o *impeachment*, mas as contrárias tampouco representam a distribuição de renda nacional. Porém, o perfil socioeconômico de ambos os grupos é bastante parecido, quando questionados pelas alternativas à crise podemos ver que as respostas são muito diferentes³.

Tabela 6: Alternativas para a crise política (%) Anti-impeachment

	Entregar o poder para um político honesto	Entregar o poder para um juiz honesto	Tomar decisões políticas por consulta popular e plebiscitos	Fortalecer organizações como ONGs movimentos sociais	Entregar o poder para alguém fora do jogo político	Entregar o poder para os militares
Concordo totalmente	20,90	03,50	49,60	67,70	03,70	01,20
Concordo em parte	31,30	06,50	39,20	27,00	11,20	00,60
Não concordo	45,50	88,80	09,80	04,70	83,70	96,90
Não sei	2,00	00,80	01,20	00,40	01,00	00,60
Não respondeu	00,40	00,40	00,20	00,40	00,40	00,80

Considerações Finais

Diante deste cenário o que mais preocupa é a batalha pelos valores. A ascensão do fundamentalismo religioso, o conservadorismo punitivo e classista, o risco permanente de retrocesso em termos de liberdades individuais e coletivas. O estado penal e punitivo avança com muita força. Os discursos do inimigo, do medo, ganham espaço tanto no Congresso como num certo pseudojornalismo irresponsável que divide a sociedade entre “nós” e “eles”. As manifestações de 2013 e 2014 foram um exemplo claro disso. Uma sociedade exigindo ações policiais violentas como se os protestos fossem questão de segurança pública, uma questão policial e não o coração de toda democracia. Atitudes

³ Notar também no conteúdo completo da pesquisa outras diferenças entre grupos pró e anti-impeachment sobre credibilidade de partidos e figuras políticas e conservadorismo-progressismo

moralizantes também preocupam. Discursos simplórios do bem contra o mal, os argumentos da ordem pública, da nação, a busca pelo salvador e a condenação em praça pública do vilão. Enfim, opções politicamente muito vazias que em nada contribuem para o amadurecimento do sistema mas muito perigosas pelo seu grande potencial mobilizador.

A sociedade civil tem um papel cada vez mais importante. Se os partidos estão tão fragilizados, nós devemos nos mobilizar, ocupar espaços e ir à luta. São muitos questionamentos, mas uma coisa fica clara, a saída não passa pelo hiperindividualismo, a saída passa pelo coletivo, pela sociedade civil, sua organização e participação política. Vivemos numa sociedade de consumo que privilegia o cidadão-consumidor, que fomenta a solidão e o isolamento, que detesta as organizações coletivas que não tenham fins produtivos. Devemos continuar criando redes, ocupando as ruas, as cidades, fazendo nossas demandas serem ouvidas. Não é honesto ficarmos nos lamentando sobre o mal que funciona o sistema, e não assumir nossa responsabilidade como cidadãos.

Os argumentos da antipolítica, da negação de tudo o que for política podem ser muito perigosos porque deixam espaço a alternativas autoritárias e inclusive antidemocráticas. É assustador ver figurar como *Trump* ganhando milhões de votos nas primárias de EUA ou como se sobressaem os partidos xenófobos de ultradireita na Europa. Não podemos cair nessa armadilha porque então estaremos destruindo todo nosso legado em vez de construir alternativas ainda mais democráticas. É perfeitamente compreensível esta frustração geral com a política partidária, mas devemos fazer o esforço de pensar além dessa lógica, devemos entender a política como atividade cidadã, diária, que vai muito além da participação partidária. Diante da política medíocre, personalista, corrupta de muitos de nossos representantes, nós devemos contrapor uma política de participação, de envolvimento cotidiano, de lutas diversas.

Nosso descontentamento, nossa frustração deve se transformar em força criativa, em originalidade, inovação para pensar como modernizar as formas de representação política para que nos representem com legitimidade. Nosso descontentamento não pode nos afastar da participação, e sim deve nos engajar mais nela porque se nós ficarmos quietos, como seres políticos passivos, alguém ocupará nosso lugar e talvez as consequências de nossa passividade acabem sendo muito negativas. Não existem vazios em política, estes sempre são preenchidos.

Por outro lado, o PT passa por um momento de inegável decadência, como partido e como força simbólica progressista. Esta é uma situação complicada porque o PT é muito hegemônico na esquerda brasileira e portanto agora sua crise supõe também a crise de

um enorme campo da esquerda brasileira que acabou se atrelando ao projeto petista e ao governo. O desafio do partido é pensar em formas de regeneração, de autocrítica, de reconexão com a população, nomes novos, retomada de sua luta pelos direitos, se não quiser acabar sua história como mais uma estrutura vertical e de caciques corroída pelo poder. Nosso desafio é pensar em formas de organização das forças progressistas que não passem pela lógica petista, formas nas quais a juventude se sinta representada, formas que dialoguem com a institucionalidade, mas também com as organizações autonomistas. Formas que consigam colocar em contato a nova e a velha política e que superem a lógica das organizações tradicionais que cada vez são mais questionadas.

Instituições enfraquecidas, atuando numa anomalia que se transforma em cotidiana e valores cada vez mais punitivos e conservadores imperando na sociedade e discursos polarizados, infantilizados, raivosos, intolerantes, empobrecidos politicamente devem ser esquecidos. Representantes políticos com projetos personalistas de poder, mas sem projeto de Estado não podem mais ocupar espaço.

A saída para nós, da universidade, é uma academia que forme cidadãos e não operadores, uma população participativa e que não aceite as imposições dos caciques. Uma universidade que saiba conversar com as diferenças, que saiba construir diálogo e argumentos e não se deixe levar pela vontade de linchamento coletivo. Uma universidade que lute por saídas progressistas, por levantar as pautas dos direitos individuais e coletivos.